



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA ELETRÔNICA N.º 003/2026/PMC

PROCESSO ADMINISTRATIVO

n.º 1-1064/2026/GABPREF

OBJETO

Aquisição de equipamentos e materiais de informática novos, destinados ao atendimento das necessidades do Gabinete do Prefeito do Município de Cabixi – RO

UNIDADE CONTRATANTE

Gabinete do Prefeito – GABPREF

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 57.374,62

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 08/07/2026

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das 08h00 às 14h00 (horário de Brasília)

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA

Licitanet - Licitações Online (www.licitanet.com.br)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço por Lote

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim





SUMÁRIO

1.	DO OBJETO.....	3
2.	DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO	3
3.	DO FUNDAMENTO LEGAL	3
4.	DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO	3
5.	DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL.....	5
6.	FASE DE LANCES.....	7
7.	JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS	7
8.	DA HABILITAÇÃO.....	9
9.	CONTRATAÇÃO.....	12
10.	INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	13
11.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	15





AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA ELETRÔNICA N.º 003/2026/PMC

Processo Administrativo n.º 1-1064/2026/GABPREF

O **Município de Cabixi**, Estado de Rondônia, através do Setor de Licitações e Contratações Públicas – SLCP, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará **DISPENSA ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal n.º 166, de 1º de setembro de 2023, do Decreto Municipal n.º 131, de 28 de maio de 2024, e demais normas aplicáveis.

Data da Sessão Pública: 03 de julho de 2026.

Horário da Fase de Lances: Das 08h00 às 14h00 (horário de Brasília)

Endereço eletrônico: Licitanet - Licitações Online (www.licitanet.com.br).

Agente de Contratação: Allison Maicon Bento Pretto – Mat. 10847.

Critério De Julgamento: Menor preço por Lote

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente dispensa de licitação é a aquisição de equipamentos e materiais de informática novos, para atender às necessidades da Gabinete do Prefeito - GABPREF do Município de Cabixi – RO.
- 1.2. O objeto abrangerá as especificidades conforme descritas no Anexo I – Termo de Referência.

2. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 2.1. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 2.2. Havendo mais de um LOTE, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

3. DO FUNDAMENTO LEGAL

- 3.1. O processo de contratação direta, que compreende os casos de dispensa de licitação, tem como fundamento o inciso II do Art. 75 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021:

[...]

Art. 75. É dispensável a licitação:

[...]

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

[...]

- 3.2. Salientamos que o valor estabelecido no artigo 75, caput, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021 foi recentemente atualizado pelo **Decreto Federal n.º 12.807/2025**, que fixou o limite vigente em **R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos)**, valor atualmente aplicável às hipóteses previstas no referido dispositivo legal.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 4.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema Licitanet - Licitações Online, no endereço eletrônico www.licitanet.com.br.



- 4.1.1. O procedimento será divulgado no Licitanet - Licitações Online e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores cadastrados no Sistema Licitanet, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.
- 4.1.2. O Licitanet - Licitações Online poderá ser acessado pela web, no endereço eletrônico www.licitanet.com.br.
- 4.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 4.2. Para todos os itens a **participação é EXCLUSIVA para Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedor Individual – MEI**, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 4.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o ITEM anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 4.2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.
- 4.3. Haverá **PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO** às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI) sediados no município de **Cabixi - RO** ou nos municípios que integram a microrregião de Vilhena – quais sejam: **Cerejeiras, Chupinguaia, Colorado do Oeste, Corumbiara, Pimenteiras do Oeste e Vilhena** –, nos termos do § 3º do art. 48 da Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, combinado com o art. 12 do Decreto Municipal nº 225, de 27 de maio de 2025, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento econômico e social local e regional, obedecendo os seguintes termos:
- 4.3.1. A **prioridade será aplicada nos casos em que a proposta apresentada por ME, EPP ou MEI local ou microrregional tiver valor igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta válida de menor preço**, sendo certo que o benefício somente será concedido se o preço final resultante for considerado vantajoso para a Administração, ou seja, não superior ao valor de referência estimado.
- 4.3.2. A ordem de preferência para aplicação da prioridade será a seguinte:
- I. Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP), Microempreendedores Individuais (MEI), agricultor familiar, produtor rural pessoa física ou cooperativa **sediados no Município de Cabixi**;
 - II. Não havendo proposta local enquadrada no limite de 10%, será concedida a prioridade aos referidos entes **sediados em municípios da microrregião de Vilhena**, a saber: Cerejeiras, Chupinguaia, Colorado do Oeste, Corumbiara, Pimenteiras do Oeste e Vilhena.
- 4.4. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:
- 4.4.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
- 4.4.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.4.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:





- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4.4.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

4.4.3.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

4.4.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.5. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

5. DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

5.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

5.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

5.2.1. O fornecedor NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.2.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de item ou qualquer outro motivo.



- 5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.
- 5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 5.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 5.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 5.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 5.9.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
- 5.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- 5.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 5.9.6. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.10. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.



6. FASE DE LANCES

- 6.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 6.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
 - 6.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do **LOTE**.
- 6.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
 - 6.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
 - 6.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **1% (um por cento)**.
- 6.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 6.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 6.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
 - 6.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

7. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 7.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas.
- 7.2. No caso de o preço da proposta do primeiro colocado estar acima do preço máximo definido para a contratação, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
 - 7.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.
 - 7.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.
- 7.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.





- 7.4. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, a empresa vencedora deverá anexar no sistema Licitanet - Licitações Online, em até **duas (02) horas** após o encerramento da disputa, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, e os documentos de habilitação.
- 7.4.1. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.5. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o Agente de Contratação verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 4.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.5.1. SICAF;
- 7.5.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 7.5.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 7.5.4. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens “7.5.2” e “7.5.3” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).
- 7.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 7.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 7.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.
- 7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.8.1. conter vícios insanáveis;
- 7.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 7.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha





estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

7.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de 2 (duas) horas** a contar da solicitação feita pelo Agente de Contratação, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.2. A habilitação da(s) licitante(s) mais bem classificada(s) em relação à habilitação jurídica, à habilitação fiscal, à habilitação trabalhista, à qualificação econômico-financeira e à qualificação técnica poderão ser verificados por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangido.

8.3. Ressalvado o disposto no subitem acima, a(s) licitante(s) mais bem classificada(s) deverá(ão) encaminhar a seguinte documentação para fins de habilitação:

8.3.1. Habilitação Jurídica:

- a) **Em se tratando de microempreendedor individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;
- b) **No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c) **No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;





- d) **No caso de cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- e) **No caso de agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf DAP ou DAP- P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802, de 28/11/2023.
- f) **No caso de produtor rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.
- g) **No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:** decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.3.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

8.3.2. **Habilitação Técnica:**

- a) Não haverá a exigência de documentação de qualificação técnica nesta contratação.

8.3.3. **Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista:**

- a) **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas**, conforme o caso;
- b) **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) **Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual**, admitida comprovação também, por meio de certidão positiva com efeito de negativo, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- d) **Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal**, admitida comprovação também, por meio de certidão positiva com efeito de negativo, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- e) **Certidão de Regularidade do FGTS**, admitida comprovação também, por meio de certidão positiva com efeito de negativo, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- f) **Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho**, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de certidão positiva com efeito de negativo, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.
- g) **Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.



8.3.3.1. **Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto.** O licitante deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.3.4. Habilitação Econômico-financeira:

a) **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II), **caso se trate de pessoa jurídica.**

8.3.5. Além da documentação relativa à habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, as licitantes deverão apresentar a seguinte **documentação complementar:**

a) **Declaração de superveniência de fato impeditivo da habilitação**, conforme modelo constante no Anexo III ou na Declaração Única disponível no Sistema Licitanet;

b) **Declaração, sob as penas da lei, de que não mantém em seu quadro de pessoal menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre**, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo constante no Anexo III ou na Declaração Única disponível no Sistema Licitanet;

c) **Declaração de que cumpre as exigências legais de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em normas específicas, conforme modelo constante no Anexo III ou na Declaração Única disponível no Sistema Licitanet;

d) **Declaração de que o representante da empresa não é servidor público do Município de Cabixi**, conforme modelo constante no Anexo III ou na Declaração Única disponível no Sistema Licitanet;

e) **Declaração de que atende integralmente aos requisitos de habilitação**, responsabilizando-se pela veracidade das informações prestadas, nos termos do art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, conforme modelo constante no Anexo III ou na Declaração Única disponível no Sistema Licitanet;

f) **Declaração de que suas propostas econômicas abrangem a integralidade dos custos necessários ao atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas**, sob pena de desclassificação, conforme modelo constante no Anexo III ou na Declaração Única disponível no Sistema Licitanet;

g) **Declaração**, quando enquadrada como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), **de que não celebrou, no ano-calendário da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados ultrapassem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte**, conforme modelo constante no Anexo IV.

8.3.6. A habilitação dos fornecedores poderá ser verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.3.7. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, **no prazo de 2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.



- 8.3.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitaes quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 8.3.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.3.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.3.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 8.4. Encerrado o prazo para envio da documentação de habilitação, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, **NO PRAZO DE 2 (DUAS) HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro, para:
- 8.4.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 8.4.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.4.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 8.4.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 8.5. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 8.6. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
- 8.7. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
- 8.8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

9. CONTRATAÇÃO

- 9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 9.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
- 9.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no





prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

9.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, caso não haja instrumento contratual, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

9.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

10.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

10.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

10.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

10.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

10.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



- 10.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - b) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 10.1.1 a 10.1.12;
 - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
- 10.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).
- 10.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
- 10.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).
- 10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- 10.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 10.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
- 10.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 10.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 10.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 10.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante;
 - 10.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 10.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato





ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

- 10.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)
- 10.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
- 11.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;
- 11.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
- 11.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
- 11.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 11.2. As providências dos subitens 11.1.1 e 11.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 11.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 11.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 11.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 11.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília - DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 11.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

Setor de Licitações e Contratações Públicas

Edifício Miguel de Almeida

Av. Tamoios, 4031, Centro, Cabixi – RO



PREFEITURA DE
CABIXI
GESTÃO
2025-2028

- 11.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 11.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 11.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 11.12. Informações complementares poderão ser obtidas no horário das 7h às 13h (horário local), pelo telefone (69) 3345-2353, ou pelo e-mail: licitacoes@cabixi.ro.gov.br.
- 11.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 11.13.1. ANEXO I – Termo de Referência;
 - 11.13.1.1. ANEXO I.1 – Estudo Técnico Preliminar.
 - 11.13.2. ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial;
 - 11.13.3. ANEXO III – Modelo de Declaração Conjunta;
 - 11.13.4. ANEXO IV – Declaração de Enquadramento Receita Bruta.

Cabixi – RO, 30 de junho de 2026.

(Documento assinado eletronicamente)

Allison Maicon Bento Pretto

Agente de Contratação

Dec. n.º 194/2026

SLCP

Site: www.cabixi.ro.gov.br | Tel.: (69) 3345-2353 | E-mail: cpl_cabixi@hotmail.com

ID: 353444 e CRC: E010CE38





Município de Cabixi

22.855.159/0001-20
Av. Tamoios
www.cabixi.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Aviso de Contratação Direta	- D. E. n.º 003/2026/PMC	01/07/2026

ID: 353444	Processo	Documento
CRC: E010CE38		
Processo: 1-1064/2026		
Usuário: Allison Maicon Bento Pretto		
Criação: 01/07/2026 07:29:13	Finalização: 01/07/2026 07:32:49	

MD5: 43AA550C2D8DA460B447BEDB7D938E6C
SHA256: B1C8D65EAFE1E75F3DE6EBE9E9AAAA25F90E3586900EC56997E164A24BA91D17

Súmula/Objeto:

Aviso de Contratação Direta - D. E. n.º 003/2026/PMC

INTERESSADOS

Gabinete do Prefeito	CABIXI	RO	01/07/2026 07:29:13
----------------------	--------	----	---------------------

ASSUNTOS

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA E PERMANENTES.	01/07/2026 07:29:13
--	---------------------

ANEXOS

Anexo I - Termo de Referência	01/07/2026	353445
Anexo I.1 - ETP	01/07/2026	353446
Anexo II - Proposta Comercial	01/07/2026	353447
Anexo III - Modelo de Declaração	01/07/2026	353448
Anexo IV - Declaração de Enquadramento Receita	01/07/2026	353449

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 Allison Maicon Bento Pretto	Agente de Contratação	01/07/2026 07:32:53
--	-----------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 84/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.cabixi.ro.gov.br informando o ID 353444 e o CRC E010CE38.

TERMO DE REFERÊNCIA

[R E T I F I C A D O]

PROCESSO ADMINISTRATIVO

n.º 1-1064/2026/GABPREF

UNIDADE CONTRATANTE

Gabinete do Prefeito

1. INTRODUÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Da definição do objeto:

1.1.1. Aquisição de equipamentos e materiais de informática novos, destinados ao atendimento das necessidades do Gabinete do Prefeito do Município de Cabixi/RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE N.º 001 – EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PERIFÉRICOS E CONECTIVIDADE

Item	Descrição do Item	Unid.	Quant.	Preço Unitário Máximo
1	Computador de mesa (desktop) com gabinete padrão, equipado com processador Intel Core i7 de 12ª geração ou superior, cache de 4 MB. Memória RAM DDR4 de 16 GB ou superior e armazenamento SSD de 480 GB. O computador possui portas traseiras, incluindo 2 USB 2.0, 2 USB 3.1, 1 RJ-45 (10/100/1000 Mbps), 3 saídas de áudio e saída de vídeo HDMI e VGA. Fonte de alimentação de 500W, bivolt ou com chave seletora para voltagem 110/220V (115/230V). Sistema operacional Windows 10 Pro original ou superior. Acompanha placa de vídeo off-board com memória mínima de 2 GB. Garantia mínima de 12 meses com suporte técnico local e assistência para reparos ou substituições de componentes; Monitor LED de 21 polegadas ou superior , com área visível mínima de 21", tecnologia LED e formato widescreen 16:9, com resolução mínima Full HD (1920 x 1080 pixels) e taxa de atualização de no mínimo 60 Hz, garantindo boa qualidade de imagem para atividades diversas. Deve possuir conectividade com, no mínimo, uma porta HDMI versão 1.4 ou superior e porta VGA para compatibilidade com equipamentos mais antigos. O equipamento deverá apresentar design ergonômico com ajuste de inclinação, baixo consumo de energia com classificação de eficiência energética, e ser fornecido com garantia mínima de 12 meses, incluindo suporte técnico para eventuais reparos ou assistência; Kit de teclado e mouse sem fio, padrão ABNT2 (Português do Brasil), com conexão via receptor USB, contendo teclado slim com teclas completas, incluindo acentos, cedilha e caracteres especiais, com impressão permanente resistente ao desgaste, em cor grafite. O mouse deverá ser óptico, com sensor de precisão mínima de 1000 DPI, possuir no mínimo três botões (esquerdo, direito e rolagem), design ergonômico que proporcione conforto durante o uso prolongado e cor compatível com o conjunto. O kit deverá acompanhar mouse pad para melhor desempenho e conforto na utilização. Garantia mínima de 12 meses, devendo a contratada disponibilizar canal de atendimento para abertura de chamados durante o período de garantia, com assistência para reparos ou substituições de componentes quando necessário.	UNID	5	R\$ 4.218,28
2	Computador de mesa (desktop) com gabinete padrão, equipado com processador Intel Core i7 de 12ª geração ou superior, cache de 4 MB. Memória RAM DDR4 de 16 GB ou superior e armazenamento SSD	UNID	1	R\$ 4.053,94

GABPREF

Gabinete do Prefeito

Edifício Miguel de Almeida

Av. Tamoios, 4031, Centro, Cabixi – RO



PREFEITURA DE
CABIXI
GESTÃO
2025 - 2028

	de 480 GB. O computador possui portas traseiras, incluindo 2 USB 2.0, 2 USB 3.1, 1 RJ-45 (10/100/1000 Mbps), 3 saídas de áudio e saída de vídeo HDMI e VGA. Fonte de alimentação de 500W, bivolt ou com chave seletora para voltagem 110/220V (115/230V). Sistema operacional Windows 10 Pro original ou superior. Acompanha placa de vídeo off-board com memória mínima de 2 GB. Garantia mínima de 12 meses com suporte técnico local e assistência para reparos ou substituições de componentes; Kit de teclado e mouse sem fio, padrão ABNT2 (Português do Brasil), com conexão via receptor USB, contendo teclado slim com teclas completas, incluindo acentos, cedilha e caracteres especiais, com impressão permanente resistente ao desgaste, em cor grafite. O mouse deverá ser óptico, com sensor de precisão mínima de 1000 DPI, possuir no mínimo três botões (esquerdo, direito e rolagem), design ergonômico que proporcione conforto durante o uso prolongado e cor compatível com o conjunto. O kit deverá acompanhar mouse pad para melhor desempenho e conforto na utilização. Garantia mínima de 12 meses, devendo a contratada disponibilizar canal de atendimento para abertura de chamados durante o período de garantia, com assistência para reparos ou substituições de componentes quando necessário.			
3	Notebook com processador Intel Core i7 de 12ª geração (ou superior), com frequência base de 2,5 GHz ou superior, e Turbo Boost de até 4,5 GHz ou mais (dependendo do modelo). Arquitetura de múltiplos núcleos (mínimo de 8 núcleos e 16 threads) para excelente desempenho em multitarefas e programas exigentes. Equipado com 16 GB de memória RAM DDR4 (ou superior), com frequência mínima de 3200 MHz e expansão até 32 GB, garantindo bom desempenho para multitarefas e softwares pesados. Armazenamento SSD de 512 GB com interface PCIe NVMe M.2, proporcionando alta velocidade de leitura e gravação. Tela de 15 polegadas, resolução mínima de 1920 x 1080 (Full HD), com tecnologia IPS para cores mais precisas e melhores ângulos de visão. O notebook possui 2 portas USB 3.0 ou USB 3.1, 1 porta HDMI 2.0 (suportando até 4K), 1 porta USB-C e leitor de cartões SD. Conectividade Wi-Fi 6 para redes sem fio rápidas. Placa gráfica integrada Intel Iris Xe (ou equivalente de 12ª geração) para tarefas gráficas cotidianas, e placa gráfica integrada compatível com as especificações mínimas exigidas para execução das atividades administrativas. Sistema operacional Windows 10 Pro ou Windows 11 Pro, com suporte a recursos de segurança e funcionalidades empresariais. Bateria com autonomia mínima de 8 horas, com carregamento rápido e suporte a carregador de 45W ou superior. Design leve e adequado para transporte e utilização em ambiente corporativo.	UNID	3	R\$ 4.762,75
4	Nobreak 1200VA, ideal para proteger equipamentos eletrônicos de médio porte contra quedas de energia, picos e surtos. Saída de 110V, adequada para dispositivos que requerem alimentação em voltagem de 110V. Equipado com 2 baterias de 12V, proporcionando tempo de autonomia suficiente para manter os equipamentos funcionando durante interrupções de energia. Conta com 6 tomadas, permitindo conectar múltiplos dispositivos simultaneamente. Oferece proteção contra surtos de tensão, estabilização de voltagem e fornecimento contínuo de energia durante falhas no fornecimento.	UNID	5	R\$ 824,52
5	Switch com 24 portas Gigabit (10/100/1000 Mbps), oferecendo conectividade de alta velocidade para dispositivos em redes locais. As portas RJ45 são compatíveis com cabos de rede padrão, facilitando a instalação e manutenção da rede. Suporta velocidades de transmissão de 10/100/1000 Mbps, ideal para ambientes que exigem alta performance e largura de banda para dados. Fonte de alimentação bivolt, funcionando em redes de 110V ou 220V, proporcionando versatilidade na instalação em diferentes locais.	UNID	6	R\$ 745,30
6	Impressora Multifuncional Laser (impressora, copiadora, scanner), em linha de produção pelo fabricante, com tecnologia Laser ou LED. Padrão de cor monocromático, multifuncional (imprime, copia, digitaliza, fax). Memória de 128 MB. Resolução mínima de impressão de 600 x 600 DPI, resolução mínima de digitalização de 1200 x 1200	UNID	1	R\$ 4.566,46

GABPREF

Site: www.cabixi.ro.gov.br | Tel.: (69) 3345-2353 | E-mail: prefcabixi@gmail.com.br

ID: 353096 e CRC: 5BA3A2EB

Gabinete do Prefeito

Edifício Miguel de Almeida

Av. Tamoios, 4031, Centro, Cabixi – RO



PREFEITURA DE
CABIXI
GESTÃO
2025 - 2028

	DPI e resolução de cópia de 600 x 600 DPI. Velocidade de impressão de no mínimo 30 PPM em preto e branco. Capacidade da bandeja de 150 páginas e ciclo mensal de até 30.000 páginas. Fax com velocidade de 33.6 kbps. Conectividade com interfaces USB, rede Ethernet 10/100 e Wi-Fi 802.11 b/g/n. Impressão frente e verso automática.			
7	Smartphone com bateria de 5000mAh, memória RAM de 8GB, memória interna de 128GB, suporte para redes móveis 5G, 4G, 3G e 2G, além de acompanhar um carregador de tomada.	UNID	1	R\$ 1.675,00
8	Suporte Articulado de Mesa para 2 Monitores compatível com telas de 17 a 34 polegadas e peso máximo de 9 kg por monitor. Compatível com os padrões VESA 75x75mm e 100x100mm. Oferece duas opções de fixação: sistema de morsa (ajuste de 0 a 9 cm de espessura de mesa) e sistema de parafuso (requer furo na mesa). Ajustes de posição incluem giro de 360° (paisagem ou retrato), rotação de 180° e ajuste de altura de até 250mm, com altura máxima de 40 cm e mínima de 15 cm. Sistema de pistão a gás para ajustes suaves e rápidos. Capacidade de carga de 9 kg por braço. Fabricado com materiais duráveis e de alta qualidade, garantindo resistência e segurança.	UNID	5	R\$ 335,81
9	Cabo HDMI de alto desempenho com comprimento de 1,5 metro, versão 2.0 High Speed, compatível com resoluções 4K Ultra HD a 60Hz e Full HD, possuindo largura de banda de 18Gbps, conectores banhados a ouro para garantir a integridade do sinal e evitar oxidação, suporte a Ethernet e Canal de Retorno de Áudio (ARC), com revestimento externo em PVC resistente e blindagem interna para proteção contra interferências eletromagnéticas, ideal para a conexão de computadores e notebooks a monitores de vídeo de forma contínua e estável.	UNID	6	R\$ 43,50
10	Cabo HDMI de 10 metros, versão 2.0 High Speed, compatível com resolução 4K Ultra HD a 60Hz e Full HD, possuindo largura de banda de 18Gbps, equipado com condutores em cobre de alta pureza e blindagem reforçada para evitar perda de sinal em longas distâncias, conectores banhados a ouro para proteção contra oxidação, suporte a Ethernet e Canal de Retorno de Áudio (ARC), com revestimento externo em PVC de alta resistência e durabilidade, ideal para a conexão estável de computadores a monitores ou projetores em ambientes de escritório ou salas de reunião.	UNID	1	R\$ 81,52
11	Cabo de Rede Cat5e com 300 metros de comprimento, ideal para transmissão de dados em alta velocidade em redes Ethernet. Composto por 4 pares de fios, garantindo performance estável e confiável. Indicado para redes de computadores, sistemas de telefonia e outras aplicações que exigem boa conectividade e estabilidade. Fabricado com material de alta qualidade, com isolamento adequado para reduzir interferências e melhorar a integridade dos sinais.	UNID	1	R\$ 837,73
12	Conector RJ45 Cat5e Vazado Blindado (100 unid)	PCT	1	R\$ 115,15
Valor total do lote:				R\$ 57.243,90
LOTE N.º 002 – MATERIAIS DE INFRAESTRUTURA ELÉTRICA LEVE				
Item	Descrição do Item	Unid.	Quant.	Preço Unitário Máximo
1	Extensão elétrica tipo régua (2 MT)	UNID	2	R\$ 30,61
2	Adaptador elétrico tipo “T” benjamim	UNID	10	R\$ 6,95
Valor total do lote:				R\$ 130,72

1.2. Da classificação do objeto:

1.2.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal n.º 166 de 1º de setembro de 2023.

1.2.2. O objeto desta contratação se enquadra na descrição de bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por

GABPREF

Site: www.cabixi.ro.gov.br | Tel.: (69) 3345-2353 | E-mail: prefcabixi@gmail.com.br

ID: 353096 e CRC: 5BA8A2EB

meio de especificações usuais do mercado conforme o disposto no art. 6º, XIII, da Lei n.º 14.133/21.

1.3. Da vigência da contratação:

- 1.3.1. A contratação entrará em vigor após a data de recebimento da nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil e vigorará por 60 (sessenta) dias consecutivos, prazo suficiente para a entrega dos itens, recebimento provisório, recebimento definitivo e demais atos administrativos necessários à conclusão da contratação.

2. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

2.1. Da forma de seleção do fornecedor:

- 2.1.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo adotado o critério de julgamento de menor preço por lote.

2.2. Da Justificativa da forma de seleção do fornecedor:

- 2.2.1. A contratação direta se justifica em razão do enquadramento no limite legal previsto no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que o valor estimado da contratação encontra-se dentro do limite estabelecido para dispensa de licitação.
- 2.2.2. A adoção da Dispensa Eletrônica visa ampliar a competitividade entre os fornecedores, assegurar maior transparência ao procedimento, promover a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e garantir observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade.
- 2.2.3. A contratação mostra-se necessária para atender à demanda atual do Gabinete do Prefeito, visando à modernização da infraestrutura tecnológica, à melhoria das condições de trabalho dos servidores e à continuidade dos serviços administrativos prestados pela unidade requisitante.
- 2.2.4. A condução do processo observará as exigências do art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, quanto à instrução processual, incluindo estimativa de preços, justificativas da contratação, pesquisa de mercado e verificação dos requisitos mínimos de habilitação.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A fundamentação e a descrição da necessidade da contratação encontram-se pormenorizadas em tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. A habilitação da(s) licitante(s) mais bem classificada(s) em relação à habilitação jurídica, à habilitação fiscal, à habilitação trabalhista, à qualificação econômico-financeira e à qualificação técnica poderão ser verificados por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangido.
- 4.2. Ressalvado o disposto no subitem acima, a(s) licitante(s) mais bem classificada(s) deverá(ão) encaminhar a seguinte documentação para fins de habilitação:

4.2.1. Habilitação Jurídica:





- a) **Em se tratando de microempreendedor individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;
- b) **No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c) **No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- d) **No caso de cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- e) **No caso de agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf DAP ou DAP- P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802, de 28/11/2023.
- f) **No caso de produtor rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.
- g) **No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:** decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.2.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

4.2.2. Habilitação Técnica:

- a) Não haverá a exigência de documentação de qualificação técnica nesta contratação.

4.2.3. Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista:

- a) **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas,** conforme o caso;
- b) **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional,** mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) **Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual,** admitida comprovação também, por meio de certidão positiva com efeito de negativo, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

- d) **Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal**, admitida comprovação também, por meio de certidão positiva com efeito de negativo, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- e) **Certidão de Regularidade do FGTS**, admitida comprovação também, por meio de certidão positiva com efeito de negativo, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- f) **Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho**, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de certidão positiva com efeito de negativo, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

4.2.3.1. **Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto.** O licitante deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

4.2.4. **Habilitação Econômico-financeira:**

- a) **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II), **caso se trate de pessoa jurídica.**

5. **DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

6. **DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

6.1. Os critérios de sustentabilidade encontram-se pormenorizados no tópico Descrição dos Requisitos da Contratação do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

7. **DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

7.1. **Do prazo de entrega:**

7.1.1. O prazo de entrega do objeto deverá ser de até **30 (trinta) dias consecutivos**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento.

7.1.2. Caso não seja possível cumprir o prazo estabelecido, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente o CONTRATANTE, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias consecutivos, apresentando justificativa, para análise da Administração, ressalvadas situações de caso fortuito ou força maior

7.2. **Do local de entrega:**

7.2.1. O(s) local(is) de entrega do objeto será(ão):

- a) **Prefeitura Municipal de Cabixi**, no Gabinete do Prefeito, na Av. Tamôios, 4031, fone (69) 9356-4697, no horário das 07h00min às 13h00min de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

7.2.1.1. Além da(s) entrega(s) no(s) local(is) designado(s) pelo CONTRATANTE, deverá a CONTRATADA realizar o descarregamento do objeto, comprometendo-se, ainda, integralmente, com eventuais danos causados durante o transporte e entrega.

7.3. Das condições de entrega:

7.3.1. Será avaliado o acondicionamento do objeto no momento da entrega. Desta forma, embalagens violadas, itens manchados, sujos, enferrujados, danificados ou com aparência duvidosa, não serão aceitos.

7.3.2. O número do empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil deverá vir indicado em cada nota fiscal. Não serão aceitas entregas cujo objeto e/ou nota fiscal não estejam rigorosamente de acordo com o empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil.

7.3.3. Toda e qualquer entrega de objeto fora do estabelecido neste Termo de Referência será, imediatamente, notificada à CONTRATADA, que ficará obrigada a substituí-lo no prazo estipulado pelo fiscal do contrato, ficando entendido que correrá por sua conta e risco tal substituição, sujeitando-se, também, às sanções previstas neste Termo de Referência.

7.3.3.1. A CONTRATADA deverá recolher o objeto entregue em desacordo com o licitado, no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos após a notificação do CONTRATANTE.

7.3.4. O mero recebimento do objeto não caracteriza a aceitação do mesmo.

7.3.5. Caso, no momento da conferência, sejam identificadas divergências, os itens poderão ser recusados, sendo necessário novo agendamento para entrega, de acordo com a disponibilidade da Administração.

7.3.6. Os itens deverão estar compatíveis com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), quando aplicável.

7.3.7. Todos os equipamentos deverão ser novos, sem uso e em fase normal de fabricação. Não serão aceitos equipamentos que tenham as suas características de fabricação adulteradas.

7.4. Do prazo de validade:

7.4.1. Esta exigência não se aplica a esta contratação.

7.5. Da substituição do objeto:

7.5.1. A CONTRATADA deverá entregar o objeto nas apresentações exatamente iguais às aquelas constantes na nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil, quando for o caso, enviado pela Secretaria requisitante. Não serão aceitos itens com apresentação diferente daquela constante na proposta vencedora, exceto quando houver fato superveniente e desde que atendidas as seguintes condições:

- a) o pedido de substituição deverá ser protocolado na Secretaria Requisitante, acompanhado da comprovação da impossibilidade de entregar o item com a apresentação exatamente igual à ofertada na proposta vencedora previamente aceita, assim como a indicação da nova apresentação, acompanhada dos documentos exigidos na habilitação;
- b) a nova apresentação deverá atender a todas as exigências deste Termo de Referência e possuir qualidade igual ou superior à proposta originalmente apresentada.



7.5.1.1. O preço ofertado não será alterado nas substituições da apresentação do item ofertado.

7.5.1.2. Por apresentação entende-se os meios pelos quais se individualiza o item e tenham sido solicitados no momento do preenchimento da proposta, tais como: marca, fabricante e modelo, entre outros.

7.6. Da documentação necessária na entrega do objeto:

7.6.1.A CONTRATADA deverá entregar o objeto acompanhado dos respectivos manuais de operação e garantia, quando aplicável, podendo ser originais, cópias reprográficas ou obtidos via internet no site do fabricante. Os documentos deverão estar em língua portuguesa ou acompanhados de tradução para este idioma.

7.7. Da garantia contratual:

7.7.1.Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, observadas as garantias específicas estabelecidas nas descrições dos itens, sem prejuízo da garantia legal prevista na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

8. DA SUBCONTRATAÇÃO E DO CONSÓRCIO

8.1. É vedada a subcontratação ou transferência total ou parcial do objeto da licitação.

8.2. É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio para o objeto da licitação.

9. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1. Para o recebimento do objeto desta licitação, o CONTRATANTE designa os servidores nomeados pela Portaria vigente, que farão o recebimento nos termos do artigo 140, II, "a" e "b", da Lei nº 14.133/21, da seguinte forma:

9.1.1.**provisoriamente**, em até 5 (cinco) dias consecutivos a contar da entrega do objeto, para efeito de posterior verificação da conformidade com o solicitado na contratação;

9.1.2.**definitivamente**, com a emissão do respectivo termo de recebimento, após a verificação da qualidade, características e quantidades do objeto e consequente aceitação, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos contados após o recebimento provisório.

9.1.2.1. na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução das obrigações decorrentes da presente aquisição.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Compete ao CONTRATANTE:

10.1.1. receber, fiscalizar, orientar, contestar, dirimir dúvidas emergentes da execução do objeto adquirido;

10.1.2. receber o objeto e lavrar termo de recebimento provisório. Se o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações do CONTRATANTE, rejeitá-lo, no todo ou em parte.

Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o adquirido e o efetivamente entregue, será lavrado o termo de recebimento definitivo;

10.1.3. comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto entregue, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.4. efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente à aquisição do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência.

10.2. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A CONTRATADA cumprirá todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus Anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

11.1.1. proceder à entrega do objeto no prazo e local fixados, acompanhado da respectiva nota fiscal;

11.1.2. considerar os preços propostos completos e suficientes para aquisição do objeto, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação de parte da CONTRATADA;

11.1.3. arcar com os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, itens, embalagens, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, material, responsabilidade civil e outros resultantes da aquisição, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre os itens licitados;

11.1.3.1. entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e para fiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Termo de Referência;

11.1.4. indenizar terceiros e ao CONTRATANTE os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a contratação, em conformidade com o artigo 120 da Lei n.º 14.133/21;

11.1.5. arcar com todas as despesas necessárias ao objeto licitado;

11.1.6. entregar o objeto em compatibilidade com as obrigações assumidas;

11.1.7. substituir o objeto avariado no prazo estabelecido neste Termo de Referência, ou não sendo possível, indenizar o valor correspondente acrescido de perdas e danos, mediante toda e qualquer impugnação feita pelo CONTRATANTE;

11.1.8. prestar informações sobre a utilização do objeto;





- 11.1.9. manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante o prazo de entrega do objeto, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 11.1.10. responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;
- 11.1.11. não subcontratar o objeto, salvo esteja expressamente permitido neste Termo de Referência;
- 11.1.12. prestar a garantia legal nos termos da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);
- 11.1.13. cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- 11.1.14. informar ao setor financeiro da Secretaria requisitante, durante o período de entrega, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados.

12. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 12.1. A obrigação decorrente desta licitação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 14.133/21, art. 115, caput).
- 12.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da entrega do objeto, o prazo poderá ser prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei n.º 14.133/21, art. 115, § 5.º).
- 12.3. A execução das obrigações decorrentes desta licitação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133/21, art. 117, caput).
 - 12.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução das obrigações decorrentes desta licitação, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 1.º).
 - 12.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 2.º).
- 12.4. A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto licitado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou dos materiais empregados (Lei n.º 14.133/21, art. 119).
- 12.5. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução das obrigações desta licitação, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE (Lei n.º 14.133/21, art. 120).
- 12.6. Somente a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação (Lei n.º 14.133/21, art. 121, caput).



12.6.1. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto licitado (Lei n.º 14.133/21, art. 121, § 1.º).

12.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.8. O CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado mediante a entrega do objeto, acompanhado da respectiva nota fiscal, até o 30º dia consecutivo, após o ateste realizado pela Comissão designada pelo CONTRATANTE por meio de Decreto. A data do referido ateste será a mesma informada na emissão/inclusão do Termo de Recebimento Definitivo.

13.2. A CONTRATADA deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.

13.2.1. Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que a CONTRATADA adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após a CONTRATADA ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do CONTRATANTE.

13.3. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

13.4. A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso a CONTRATADA apresente, na entrega da nota de empenho, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2021, devendo ser atualizada anualmente pela CONTRATADA.

13.4.1. Enquanto o CONTRATANTE não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.

13.5. Quando os recursos para execução do objeto forem oriundos de convênios, contratos de repasse e financiamentos, os pagamentos ficarão condicionados também ao repasse dos recursos pelo respectivo órgão concedente.

13.6. A atualização financeira dos valores a serem pagos terá como base a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, contados desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento.

13.7. Para fins de pagamento, a CONTRATADA, após a homologação, deverá informar ao Setor Financeiro da Secretaria requisitante o banco, o n.º da agência e o n.º da conta, na qual será realizado

o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da CONTRATADA. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.

13.8. Para fins de adjudicação, homologação e empenho, o preço do item/grupo poderá sofrer, automaticamente, uma pequena variação para menos, resultante da necessidade de serem obtidos valores unitários com até duas casas decimais, sendo que serão desconsideradas todas as casas posteriores à segunda.

13.9. Será emitida nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil em substituição ao contrato, nos termos do artigo 95 da Lei n.º 14.133/21, por se tratar de fornecimento não contínuo, com entrega imediata e integral, sem geração de obrigações futuras.

14. DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO

14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado.

14.2. Após o intervalo de 12 (doze) meses, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.2.1. O reajuste deverá ser pleiteado, protocolizando-o na Diretoria Financeira, de Compras e de Licitações do Município, até o término da contratação ou até a data da prorrogação subsequente, sendo que, se não for de forma tempestiva, haverá a preclusão do direito ao reajuste.

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao fornecedor a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

14.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

14.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.8. O reajuste ou a repactuação de preços contratados serão realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

15.1. Não haverá a exigência da garantia de execução contratual.

16. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Gabinete do Prefeito

Edifício Miguel de Almeida
Av. Tamoios, 4031, Centro, Cabixi – RO



PREFEITURA DE
CABIXI
GESTÃO
2025 - 2028

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados a Prefeitura Municipal de Cabixi pela seguinte classificação orçamentária:

16.1.1. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:
Unidade Orçamentária: 0200 Gabinete do Prefeito
Projeto/Atividade: 1061 Aquisições de Enfeites Natalinos e Material Permanente
transferência especial estadual
Elemento de Despesa: 44.90.52 - Material Permanente
Ficha: 415

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Esclarecimentos técnicos referentes ao objeto deste Termo, na Prefeitura Municipal de Cabixi, no Gabinete do Prefeito, de segunda à sexta-feira das 07h00min às 13h00min, em dias úteis.

17.2. Termo de referência elaborado por:

(Documento assinado eletronicamente)

Tayna Mariane Holanda Gomes

Diretor de Divisão I da Ouvidoria Municipal

Dec. 0226/2025

Aprovo este Termo de Referência e atesto sua conformidade às disposições do Decreto Municipal n.º 166, de 1º de setembro de 2023.

(Documento assinado eletronicamente)

Adenilson Souza Oliveira

Chefe de Gabinete

Dec. 0226/2025







Município de Cabixi

22.855.159/0001-20
Av. Tamoios
www.cabixi.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Termo de Referência	RETIFICADO	23/06/2026

ID: 348996	Processo	Documento
CRC: F3A8A2B3		
Processo: 1-1064/2026		
Usuário: Tayna Mariane Holanda Gomes		
Criação: 23/06/2026 08:49:17	Finalização: 23/06/2026 08:49:17	

MD5:	1EB973314F08A390F32558A9618DDD0D
SHA256:	F7EC48A905E4B949E64FB78861031E890EE00BF3ACA01C389F38AB5A5F12DA6E

Súmula/Objeto:

Aquisição Materia e Equipamentos de Informática



INTERESSADOS

Gabinete do Prefeito	CABIXI	RO	23/06/2026 08:49:17
----------------------	--------	----	---------------------

ASSUNTOS

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA E PERMANENTES.	23/06/2026 08:49:17
--	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 Tayna Mariane Holanda Gomes	Diretor de Divisão I da Ouvidoria Municipal	23/06/2026 08:56:31
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 84/2023.		
 Adenilson Souza Oliveira	Chefe de Gabinete	23/06/2026 08:56:35
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 84/2023.		

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.cabixi.ro.gov.br informando o ID 348996 e o CRC F3A8A2B3.



Município de Cabixi

22.855.159/0001-20
Av. Tamoios
www.cabixi.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Anexo	I - Termo de Referência	01/07/2026

ID: 353445

CRC: 5F37E3FE

Processo: 1-1064/2026

Usuário: Allison Maicon Bento Pretto

Criação: 01/07/2026 07:32:34 Finalização: 01/07/2026 07:32:34

Processo



Documento



MD5: 9738A15B3BB72BBD6D0B431E98EC5CA4

SHA256: F6AED5DEC3120B941E43549B0C9D8226AD46BF236E340A11D66F2F14F8941B80

Súmula/Objeto:

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA ELETRÔNICA N.º 003/2026/PMC

INTERESSADOS

Gabinete do Prefeito	CABIXI	RO	01/07/2026 07:32:34
----------------------	--------	----	---------------------

ASSUNTOS

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA E PERMANENTES.	01/07/2026 07:32:34
--	---------------------

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Aviso de Contratação Direta - D. E. n.º 003/2026/PMC	01/07/2026	353444
--	------------	--------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.cabixi.ro.gov.br informando o ID 353445 e o CRC 5F37E3FE.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

(em atendimento ao Art. 18, § 1º, da Lei nº 14.133/2021)

[RETIFICADO]

PROCESSO ADMINISTRATIVO
n.º 1-1064/2026/GABPREF

UNIDADE SOLICITANTE
Gabinete do Prefeito - GABPREF

PROJETO
Aquisição de Equipamentos de Informática

Cabixi – RO, 27 de maio de 2026.

Data	Versão	Descrição	Autor
27/05/2026	1.0	Finalização da primeira versão do documento	Tayná Gomes
23/06/2026	2.0	Retificação do documento	Tayná Gomes





ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) reúne informações indicativas e condições preliminares necessárias à aquisição de equipamentos e materiais de informática, com o objetivo de atender às necessidades administrativas e operacionais do Gabinete do Prefeito, proporcionando melhores condições de trabalho, modernização da infraestrutura tecnológica e maior eficiência na execução das atividades desenvolvidas pelo setor, sob a coordenação do Gabinete do Prefeito.
- 1.2. Este ETP constitui a etapa inicial do Planejamento da Contratação, fundamentado na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis, com o propósito de identificar as condições mais vantajosas para atender às demandas essenciais ao funcionamento adequado da Prefeitura Municipal de Cabixi – RO.

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO E SOLICITANTE

Processo Administrativo: n.º 1-1064/2026/GABPREF

Área solicitante:

Gabinete do Prefeito

Responsável:

Adenilson Souza Oliveira

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A presente contratação decorre da necessidade de adequação e fortalecimento da estrutura tecnológica utilizada pelo Gabinete do Prefeito, considerando a demanda contínua por equipamentos e materiais de informática indispensáveis ao desenvolvimento das atividades administrativas, atendimento interno, comunicação institucional e execução dos serviços realizados pelo setor.
- 3.2. A aquisição pretendida visa proporcionar melhores condições de funcionamento das atividades desenvolvidas pelo Gabinete, garantindo maior eficiência, agilidade e suporte às rotinas do setor, bem como condições adequadas para utilização dos sistemas, ferramentas e recursos tecnológicos necessários ao desempenho das atividades diárias.
- 3.3. A contratação busca atender à demanda atual da unidade requisitante, contribuindo para melhoria do desempenho funcional do setor, mediante disponibilização de equipamentos e materiais compatíveis com as atividades desenvolvidas pela Administração Pública Municipal. Ressalta-se que a presente necessidade não está sendo integralmente atendida por contratação anterior, tornando necessária a realização de novo procedimento para suprir a demanda existente e assegurar a continuidade das atividades administrativas desenvolvidas pelo Gabinete do Prefeito.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Com o objetivo de assegurar que esta contratação atenda aos padrões mínimos de qualidade, eficiência e atendimento às necessidades da Administração Pública Municipal, faz-se necessário estabelecer, ao menos, as seguintes exigências:

4.1.1. Requisitos de Negócio da Solução





- 4.1.1.1. A solução a ser contratada deverá ser capaz de atender às demandas do Gabinete do Prefeito relacionadas à utilização de equipamentos e materiais de informática necessários ao desenvolvimento das atividades do setor, proporcionando condições adequadas para execução das rotinas internas e utilização dos recursos tecnológicos da unidade requisitante.
- 4.1.1.2. Os equipamentos e materiais deverão atender às especificações técnicas mínimas definidas no Termo de Referência, observando critérios de qualidade, desempenho, compatibilidade, funcionalidade e durabilidade, de forma a assegurar pleno atendimento das necessidades da Administração.
- 4.1.1.3. A contratação será realizada mediante Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço por lote, nos termos da legislação vigente. O agrupamento dos itens em lotes foi adotado em razão da similaridade dos objetos, da compatibilidade técnica entre os materiais, da racionalização da gestão contratual e da otimização logística de fornecimento, sem prejuízo à competitividade, buscando assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

4.2. Requisitos Legais da Solução

- 4.2.1. A solução adotada neste documento deve orientar-se e respeitar as seguintes normatizações:
 - 4.2.1.1. Lei Federal nº 14.133/2021, que trata das normas gerais sobre licitações e contratos administrativos;
 - 4.2.1.2. Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte atualizada;
 - 4.2.1.3. Decreto Municipal nº 225/2025, que regulamenta o tratamento diferenciado, favorecido e simplificado a ser dispensado às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI) nas contratações públicas, em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências.
 - 4.2.1.4. Decreto Municipal nº 166/2023, que regulamenta, no âmbito da Administração Pública do Município de Cabixi, Estado de Rondônia, as licitações e contratações a que se refere a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e dá outras providências;
 - 4.2.1.5. Decreto Municipal nº 131/2024, que regulamenta os processos de Contratação Direta de que trata a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui a Dispensa Eletrônica no âmbito da Administração Pública do Município de Cabixi, Estado de Rondônia e dá outras providências.

4.3. Requisitos Gerais da Solução:

- 4.3.1. Além dos requisitos técnicos específicos da solução, deverão ser exigidos das empresas, no mínimo, os seguintes critérios relevantes:
 - 4.3.1.1. Conformidade com os termos do instrumento convocatório, bem como com a legislação vigente nas esferas federal, estadual e municipal, além das normativas aplicáveis ao objeto da contratação;
 - 4.3.1.2. Comprometimento com a redução de impactos ambientais negativos, incluindo ações voltadas à preservação do meio natural e antrópico;





- 4.3.1.3. Utilização de produtos certificados, que não apresentem potencial agressivo ou prejudicial à saúde humana, à fauna, ao meio ambiente e ao patrimônio público ou privado;
- 4.3.1.4. Observância às normas técnicas vigentes, especialmente aquelas relacionadas à saúde ocupacional e à segurança do trabalho;
- 4.3.1.5. Comprometimento com o bem-estar, o desenvolvimento profissional e pessoal de seus colaboradores;
- 4.3.1.6. Adoção de práticas efetivas de combate ao trabalho infantil ilegal e ao trabalho escravo ou análogo ao escravo;
- 4.3.1.7. Adoção de requisitos que não restrinjam indevidamente a competitividade do certame, nem gerem dependência técnica da Unidade Requisitante em relação à empresa contratada;
- 4.3.1.8. Garantia do cumprimento dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, isonomia, publicidade, probidade administrativa, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Avaliação comparativa (*Benchmarking*)

- 5.1.1. Considerando a demanda do Gabinete do Prefeito pela aquisição de equipamentos e materiais de informática, verificou-se que a solução disponível no mercado capaz de atender à Administração consiste na aquisição dos itens pretendidos, conforme especificações a serem definidas no Termo de Referência.
- 5.1.2. A contratação será realizada mediante Dispensa Eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que o valor estimado da contratação se encontra dentro do limite legal para contratação direta. A adoção da forma eletrônica visa ampliar a competitividade, assegurar transparência ao procedimento e possibilitar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.
- 5.1.3. Para fins de estimativa de preços da contratação, foi realizada pesquisa de preços por meio da plataforma especializada Cesta de Preços, observando os parâmetros admitidos pela legislação aplicável, conforme mapa comparativo e documentação de pesquisa anexados aos autos do processo.

5.2. Análises de contratações anteriores da administração:

- 5.2.1. Foi identificada contratação anterior formalizada pela Prefeitura Municipal de Cabixi, por meio do Processo Administrativo nº 238/2025, cujo objeto consistiu na formação de registro de preço para futura aquisição de materiais de informática e permanente.
- 5.2.2. Embora tenha sido identificada contratação anterior para objeto semelhante, verificou-se que a mesma não atende integralmente à necessidade atual do Gabinete do Prefeito, seja em razão das especificações dos itens pretendidos, da demanda existente ou da indisponibilidade de atendimento adequado à presente contratação.
- 5.2.3. Considerando a necessidade atual do Gabinete do Prefeito, verificou-se a necessidade de realização de nova contratação, mediante Dispensa Eletrônica, visando assegurar a continuidade das atividades administrativas, a modernização da infraestrutura tecnológica e o adequado funcionamento do setor.

5.3. Projetos para demandas similares implementados por outros Órgãos Públicos:



5.3.1. Considerando a natureza comum do objeto pretendido e as características da contratação, não se verificou a necessidade de realização de análise específica de projetos implementados por outros órgãos públicos, uma vez que a solução adotada consiste na aquisição de equipamentos e materiais de informática amplamente disponíveis no mercado.

5.3.2. Análises das soluções disponíveis no mercado:

5.3.2.1. Verificou-se que existem no mercado fornecedores aptos ao fornecimento dos equipamentos e materiais de informática pretendidos pela Administração, conforme especificações técnicas a serem definidas no Termo de Referência.

5.3.2.2. A solução escolhida consiste na aquisição dos itens necessários ao atendimento da demanda do Gabinete do Prefeito, considerando critérios de viabilidade técnica, econômica e operacional.

5.3.3. Escolha do objeto da contratação:

5.3.3.1. A aquisição dos equipamentos e materiais de informática mostrou-se a solução mais adequada para atendimento das necessidades do Gabinete do Prefeito, observadas as condições disponíveis no mercado e a demanda administrativa existente.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A solução pretendida consiste na aquisição dos itens necessários ao funcionamento das atividades do Gabinete do Prefeito, incluindo computadores, periféricos, acessórios, cabos e demais materiais relacionados à infraestrutura de informática, conforme especificações e quantitativos a serem definidos no Termo de Referência.

6.1.1. Quadro resumo de detalhamento do objeto:

Item	Descrição Resumida	Quantidade	Unidade
01	Computador Desktop Completo	05	UNID
02	Computador Desktop	01	UNID
03	Notebook	03	UNID
04	Nobreak	05	UNID
05	Switch 24 portas	06	UNID
06	Impressora Multifuncional	01	UNID
07	Smartphone	01	UNID
08	Suporte articulado para monitor	05	UNID
09	Cabo HDMI 10 MT	01	UNID
10	Cabo HDMI 1,5 MT	06	UNID
11	Cabo de rede Cat5e (300 MT)	01	UNID
12	Conector RJ45 Cat5e (100 UNID)	01	PCT
13	Extensão elétrica tipo régua (2 MT)	02	UNID
14	Adaptador elétrico tipo “T” benjamim	10	UNID

**7. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS****7.1. Definição do método para a estimativa das quantidades:**

7.1.1. As quantidades a serem adquiridas foram definidas com base no quantitativo de servidores em atividade no setor, na identificação de equipamentos inexistentes, insuficientes ou em condições inadequadas de uso, bem como na necessidade de substituição de equipamentos obsoletos, garantindo o pleno funcionamento das atividades administrativas.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Item	Descrição Resumida	Fonte de consulta de preços	Data Base	Unid.	Quant.	Preço Unitário (ou outro)	Preço Total
01	Computador Desktop Completo	Plataforma Cesta de Preços	15/05/2026	UNID	05	R\$ 4.218,28	R\$ 21.091,40
02	Computador Desktop	Plataforma Cesta de Preços	15/05/2026	UNID	01	R\$ 4.053,94	R\$ 4.053,94
03	Notebook	Plataforma Cesta de Preços	15/05/2026	UNID	03	R\$ 4.762,75	R\$ 14.288,25
04	Nobreak	Plataforma Cesta de Preços	15/05/2026	UNID	05	R\$ 824,52	R\$ 4.122,60
05	Switch 24 portas	Plataforma Cesta de Preços	15/05/2026	UNID	06	R\$ 745,30	R\$ 4.471,80
06	Impressora Multifuncional	Plataforma Cesta de Preços	15/05/2026	UNID	01	R\$ 4.566,46	R\$ 4.566,46
07	Smartphone	Plataforma Cesta de Preços	15/05/2026	UNID	01	R\$ 1.675,00	R\$ 1.675,00
08	Suporte articulado para monitor	Plataforma Cesta de Preços	15/05/2026	UNID	05	R\$ 335,81	R\$ 1.679,05
09	Cabo HDMI 1,5 MT	Plataforma Cesta de Preços	15/05/2026	UNID	06	R\$ 43,50	R\$ 261,00
10	Cabo HDMI 10 MT	Plataforma Cesta de Preços	15/05/2026	UNID	01	R\$ 81,52	R\$ 81,52
11	Cabo de rede Cat5e (300 MT)	Plataforma Cesta de Preços	15/05/2026	UNID	01	R\$ 837,73	R\$ 837,73
12	Conector RJ45 Cat5e (100 UNID)	Plataforma Cesta de Preços	15/05/2026	PCT	01	R\$ 115,15	R\$ 115,15
13	Extensão elétrica tipo régua (2 MT)	Plataforma Cesta de Preços	15/05/2026	UNID	02	R\$ 30,61	R\$ 61,22
14	Adaptador elétrico tipo “T” benjamim	Plataforma Cesta de Preços	15/05/2026	UNID	10	R\$ 6,95	R\$ 69,50
Preço Total planejado:						R\$ 57.374,62	

8.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada por meio da plataforma especializada Cesta de Preços, utilizando-se a média aritmética dos valores obtidos, observados os parâmetros admitidos pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pela IN SEGES/ME nº 65/2021

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. Considerando a natureza do objeto, composto por equipamentos e materiais de informática correlatos, a solução será executada de forma agrupada, por lote único, visando melhor





compatibilidade entre os itens, padronização dos equipamentos e eficiência na entrega e gestão contratual.

9.2. O não parcelamento em itens distintos não acarreta prejuízo à competitividade, uma vez que o mercado dispõe de fornecedores aptos ao fornecimento integral dos materiais previstos, sendo possível a participação de empresas do ramo de tecnologia e suprimentos de informática.

9.3. A opção pelo agrupamento dos itens em lote único contribui para melhor organização da contratação, facilitando a fiscalização, recebimento e controle dos materiais adquiridos, além de evitar possíveis incompatibilidades técnicas entre os componentes fornecidos.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1. A presente contratação está alinhada ao planejamento orçamentário da Prefeitura de Cabixi, estando prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA), bem como compatível com as diretrizes estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que orientam a execução das despesas públicas municipais.

11.2. As aquisições decorrentes deste processo visam atender às necessidades do Gabinete do Prefeito, observando a disponibilidade orçamentária vigente e assegurando a continuidade das atividades administrativas.

11.3. O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por finalidade subsidiar a contratação pretendida, assegurando a observância dos princípios que regem a Administração Pública e a adequada instrução do processo administrativo.

12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1. Com a aquisição dos equipamentos de informática, espera-se suprir a necessidade de estações de trabalho adequadas no âmbito do Gabinete do Prefeito, possibilitando a execução das atividades administrativas de forma contínua, organizada e com menor dependência de equipamentos compartilhados ou insuficientes.

12.2. A contratação visa reduzir limitações operacionais atualmente existentes, proporcionando melhores condições para utilização de sistemas institucionais, elaboração de documentos e atendimento das demandas internas do setor, com impacto direto na regularidade e fluidez dos processos administrativos.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

13.1. Não será utilizado nenhum recurso que demande alteração da estrutura atual.

14. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

14.1. **Identificação de impactos ambientais:**

14.1.1. Não foram identificados impactos ambientais relevantes, em razão da natureza do objeto. Contudo, serão observados os critérios mínimos de sustentabilidade previstos em legislação vigente.

15. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO





- 15.1. O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) considerou a necessidade efetiva da contratação do objeto, contemplando os requisitos técnicos, legais, ambientais e institucionais pertinentes, bem como a análise do mercado fornecedor relacionado. Foram avaliados todos os elementos essenciais para a adequada caracterização e quantificação da demanda identificada, visando assegurar a escolha da solução mais adequada às necessidades da Instituição nesta oportunidade. Ademais, foram observados os aspectos ambientais e legais aplicáveis, garantindo conformidade e sustentabilidade ao processo.
- 15.2. Diante do exposto, conclui-se pela **VIABILIDADE** técnica, operacional e jurídica da contratação em questão. Recomenda-se, portanto, a elaboração do Termo de Referência fundamentado neste estudo, bem como o encaminhamento do processo ao setor competente para continuidade dos procedimentos administrativos necessários à sua formalização e execução.

16. RESPONSÁVEIS

- 16.1. O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) foi elaborado pelos servidores:
- a) Tayná Mariane Holanda Gomes.
- 16.2. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pelo Ato de Designação n.º 13, de 11 de maio de 2026..

(Documento assinado eletronicamente)

Tayná Mariane Holanda Gomes

*Diretor de Divisão I da Ouvidoria Municipal
Dec. n.º 0226/2025*

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições do Decreto Municipal n.º 166, de 1º de setembro de 2023.

(Documento assinado eletronicamente)

Adenilson Souza Oliveira

*Chefe de Gabinete
Dec. n.º 0226/2025*







Município de Cabixi

22.855.159/0001-20
Av. Tamoios
www.cabixi.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Estudo Técnico Preliminar - ETP	RETIFICADO	23/06/2026

ID: 349002	Processo	Documento
CRC: A37E200A		
Processo: 1-1064/2026		
Usuário: Tayna Mariane Holanda Gomes		
Criação: 23/06/2026 08:50:29	Finalização: 23/06/2026 08:53:11	

MD5: C4A50AEBC98397BE89D9F49445461C67
SHA256: BE676F24EDA0AC1D6C61A1766B3DA130F21807EAC1D46C96C67EFD16DB93F918

Súmula/Objeto:

Aquisição Materia e Equipamentos de Informática

INTERESSADOS

Gabinete do Prefeito	CABIXI	RO	23/06/2026 08:50:29
----------------------	--------	----	---------------------


ASSUNTOS

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA E PERMANENTES.	23/06/2026 08:50:29
--	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 Tayna Mariane Holanda Gomes	Diretor de Divisão I da Ouvidoria Municipal	23/06/2026 08:56:31
--	---	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 84/2023.

 Adenilson Souza Oliveira	Chefe de Gabinete	23/06/2026 08:56:35
---	-------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 84/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.cabixi.ro.gov.br informando o ID 349002 e o CRC A37E200A.



Município de Cabixi

22.855.159/0001-20
Av. Tamoios
www.cabixi.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Anexo	I.1 - ETP	01/07/2026

ID: 353446

CRC: BC259B96

Processo: 1-1064/2026

Usuário: Allison Maicon Bento Pretto

Criação: 01/07/2026 07:32:34 Finalização: 01/07/2026 07:32:35

Processo



Documento



MD5: 3490237119961A5438B0647E9F25E421

SHA256: 6E73B9B9C8B412A6E494EC040483CE362212DAD5A7209E9FBDAD850585C81A83

Súmula/Objeto:

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA ELETRÔNICA N.º 003/2026/PMC

INTERESSADOS

Gabinete do Prefeito	CABIXI	RO	01/07/2026 07:32:34
----------------------	--------	----	---------------------

ASSUNTOS

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA E PERMANENTES.	01/07/2026 07:32:34
--	---------------------

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Aviso de Contratação Direta - D. E. n.º 003/2026/PMC	01/07/2026	353444
--	------------	--------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.cabixi.ro.gov.br informando o ID 353446 e o CRC BC259B96.

Setor de Licitações e Contratações Públicas

Edifício Miguel de Almeida

Av. Tamoios, 4031, Centro, Cabixi – RO



PREFEITURA DE
CABIXI
GESTÃO
2025-2028

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO II

Dispensa Eletrônica n.º 003/2026/PMC

Processo Administrativo n.º 1-1064/2026/SEMUSA

À

Prefeitura de Cabixi - RO

Empresa:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Representante:

Agência/Conta Bancária:

Apresentamos nossa proposta de preços para o fornecimento do objeto desta contratação conforme valores e especificações técnicas a seguir:

Lote n.º 001 - EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PERIFÉRICOS E CONECTIVIDADE						
Item	Descrição	Quant.	Unid.	Marca	VI. Unit.	VI. Total
1	Computador de mesa (desktop) com gabinete padrão, equipado com processador Intel Core i7 de 12ª geração ou superior, cache de 4 MB. Memória RAM DDR4 de 16 GB ou superior e armazenamento SSD de 480 GB. O computador possui portas traseiras, incluindo 2 USB 2.0, 2 USB 3.1, 1 RJ-45 (10/100/1000 Mbps), 3 saídas de áudio e saída de vídeo HDMI e VGA. Fonte de alimentação de 500W, bivolt ou com chave seletora para voltagem 110/220V (115/230V). Sistema operacional Windows 10 Pro original ou superior. Acompanha placa de vídeo off-board com memória mínima de 2 GB. Garantia mínima de 12 meses com suporte técnico local e assistência para reparos ou substituições de componentes; Monitor LED de 21 polegadas ou superior , com área visível mínima de 21", tecnologia LED e formato widescreen 16:9, com resolução mínima Full HD (1920 x 1080 pixels) e taxa de atualização de no mínimo 60 Hz, garantindo boa qualidade de imagem para atividades diversas. Deve possuir conectividade com, no mínimo, uma porta HDMI versão 1.4 ou superior e porta VGA para compatibilidade com equipamentos mais antigos. O equipamento deverá apresentar design ergonômico com ajuste de inclinação, baixo consumo de energia com classificação de eficiência energética, e ser fornecido com garantia mínima de 12 meses, incluindo suporte	5	Unid.			

SLCP

Site: www.cabixi.ro.gov.br | Tel.: (69) 3345-2353 | E-mail: cpl_cabixi@hotmail.com

ID: 353447 e CRC: 17C1FD74

Setor de Licitações e Contratações Públicas

Edifício Miguel de Almeida

Av. Tamoios, 4031, Centro, Cabixi – RO



PREFEITURA DE
CABIXI
GESTÃO
2025 - 2028

	técnico para eventuais reparos ou assistência; Kit de teclado e mouse sem fio, padrão ABNT2 (Português do Brasil), com conexão via receptor USB, contendo teclado slim com teclas completas, incluindo acentos, cedilha e caracteres especiais, com impressão permanente resistente ao desgaste, em cor grafite. O mouse deverá ser óptico, com sensor de precisão mínima de 1000 DPI, possuir no mínimo três botões (esquerdo, direito e rolagem), design ergonômico que proporcione conforto durante o uso prolongado e cor compatível com o conjunto. O kit deverá acompanhar mouse pad para melhor desempenho e conforto na utilização. Garantia mínima de 12 meses, devendo a contratada disponibilizar canal de atendimento para abertura de chamados durante o período de garantia, com assistência para reparos ou substituições de componentes quando necessário.				
2	Computador de mesa (desktop) com gabinete padrão, equipado com processador Intel Core i7 de 12ª geração ou superior, cache de 4 MB. Memória RAM DDR4 de 16 GB ou superior e armazenamento SSD de 480 GB. O computador possui portas traseiras, incluindo 2 USB 2.0, 2 USB 3.1, 1 RJ -45 (10/100/1000 Mbps), 3 saídas de áudio e saída de vídeo HDMI e VGA. Fonte de alimentação de 500W, bivolt ou com chave seletora para voltagem 110/220V (115/230V). Sistema operacional Windows 10 Pro original ou superior. Acompanha placa de vídeo off-board com memória mínima de 2 GB. Garantia mínima de 12 meses com suporte técnico local e assistência para reparos ou substituições de componentes; Kit de teclado e mouse sem fio, padrão ABNT2 (Português do Brasil), com conexão via receptor USB, contendo teclado slim com teclas completas, incluindo acentos, cedilha e caracteres especiais, com impressão permanente resistente ao desgaste, em cor grafite. O mouse deverá ser óptico, com sensor de precisão mínima de 1000 DPI, possuir no mínimo três botões (esquerdo, direito e rolagem), design ergonômico que proporcione conforto durante o uso prolongado e cor compatível com o conjunto. O kit deverá acompanhar mouse pad para melhor desempenho e conforto na utilização. Garantia mínima de 12 meses, devendo a contratada disponibilizar canal de atendimento para abertura de chamados durante o período de garantia, com assistência para reparos ou substituições de componentes quando necessário.	1	Unid.		
3	Notebook com processador Intel Core i7 de 12ª geração (ou superior), com frequência base de 2,5 GHz ou superior, e Turbo Boost de até 4,5 GHz ou mais (dependendo do modelo). Arquitetura de múltiplos núcleos (mínimo de 8	3	Unid.		

SLCP

Site: www.cabixi.ro.gov.br | Tel.: (69) 3345-2353 | E-mail: cpl_cabixi@hotmail.com

ID: 353447 e CRC: 17C1FD74

Setor de Licitações e Contratações Públicas

Edifício Miguel de Almeida

Av. Tamoios, 4031, Centro, Cabixi – RO



PREFEITURA DE
CABIXI
GESTÃO
2025 - 2028

	núcleos e 16 threads) para excelente desempenho em multitarefas e programas exigentes. Equipado com 16 GB de memória RAM DDR4 (ou superior), com frequência mínima de 3200 MHz e expansão até 32 GB, garantindo bom desempenho para multitarefas e softwares pesados. Armazenamento SSD de 512 GB com interface PCIe NVMe M.2, proporcionando alta velocidade de leitura e gravação. Tela de 15 polegadas, resolução mínima de 1920 x 1080 (Full HD), com tecnologia IPS para cores mais precisas e melhores ângulos de visão. O notebook possui 2 portas USB 3.0 ou USB 3.1, 1 porta HDMI 2.0 (suportando até 4K), 1 porta USB - C e leitor de cartões SD. Conectividade Wi-Fi 6 para redes sem fio rápidas. Placa gráfica integrada Intel Iris Xe (ou equivalente de 12ª geração) para tarefas gráficas cotidianas, e placa gráfica integrada compatível com as especificações mínimas exigidas para execução das atividades administrativas. Sistema operacional Windows 10 Pro ou Windows 11 Pro, com suporte a recursos de segurança e funcionalidades empresariais. Bateria com autonomia mínima de 8 horas, com carregamento rápido e suporte a carregador de 45W ou superior. Design leve e adequado para transporte e utilização em ambiente corporativo.					
4	Nobreak 1200VA, ideal para proteger equipamentos eletrônicos de médio porte contra quedas de energia, picos e surtos. Saída de 110V, adequada para dispositivos que requerem alimentação em voltagem de 110V. Equipado com 2 baterias de 12V, proporcionando tempo de autonomia suficiente para manter os equipamentos funcionando durante interrupções de energia. Conta com 6 tomadas, permitindo conectar múltiplos dispositivos simultaneamente. Oferece proteção contra surtos de tensão, estabilização de voltagem e fornecimento contínuo de energia durante falhas no fornecimento.	5	Unid.			
5	Switch com 24 portas Gigabit (10/100/1000 Mbps), oferecendo conectividade de alta velocidade para dispositivos em redes locais. As portas RJ45 são compatíveis com cabos de rede padrão, facilitando a instalação e manutenção da rede. Suporta velocidades de transmissão de 10/100/1000 Mbps, ideal para ambientes que exigem alta performance e largura de banda para dados. Fonte de alimentação bivolt, funcionando em redes de 110V ou 220V, proporcionando versatilidade na instalação em diferentes locais.	6	Unid.			
6	Impressora Multifuncional Laser (impressora, copiadora, scanner), em linha de produção pelo fabricante, com tecnologia Laser ou LED. Padrão de cor monocromático, multifuncional (imprime, copia, digitaliza, fax). Memória de	1	Unid.			

SLCP

Site: www.cabixi.ro.gov.br | Tel.: (69) 3345-2353 | E-mail: cpl_cabixi@hotmail.com

ID: 353447 e CRC: 17C1FD74

Setor de Licitações e Contratações Públicas

Edifício Miguel de Almeida

Av. Tamoios, 4031, Centro, Cabixi – RO



PREFEITURA DE
CABIXI
GESTÃO
2025-2028

	128 MB. Resolução mínima de impressão de 600 x 600 DPI, resolução mínima de digitalização de 1200 x 1200 DPI e resolução de cópia de 600 x 600 DPI. Velocidade de impressão de no mínimo 30 PPM em preto e branco. Capacidade da bandeja de 150 páginas e ciclo mensal de até 30.000 páginas. Fax com velocidade de 33.6 kbps. Conectividade com interfaces USB, rede Ethernet 10/100 e Wi-Fi 802.11 b/g/n. Impressão frente e verso automática.					
7	Smartphone com bateria de 5000mAh, memória RAM de 8GB, memória interna de 128GB, suporte para redes móveis 5G, 4G, 3G e 2G, além de acompanhar um carregador de tomada.	1	Unid.			
8	Suporte Articulado de Mesa para 2 Monitores compatível com telas de 17 a 34 polegadas e peso máximo de 9 kg por monitor. Compatível com os padrões VESA 75x75mm e 100x100mm. Oferece duas opções de fixação: sistema de morsa (ajuste de 0 a 9 cm de espessura de mesa) e sistema de parafuso (requer furo na mesa). Ajustes de posição incluem giro de 360° (paisagem ou retrato), rotação de 180° e ajuste de altura de até 250mm, com altura máxima de 40 cm e mínima de 15 cm. Sistema de pistão a gás para ajustes suaves e rápidos. Capacidade de carga de 9 kg por braço. Fabricado com materiais duráveis e de alta qualidade, garantindo resistência e segurança.	5	Unid.			
9	Cabo HDMI de alto desempenho com comprimento de 1,5 metro, versão 2.0 High Speed, compatível com resoluções 4K Ultra HD a 60Hz e Full HD, possuindo largura de banda de 18Gbps, conectores banhados a ouro para garantir a integridade do sinal e evitar oxidação, suporte a Ethernet e Canal de Retorno de Áudio (ARC), com revestimento externo em PVC resistente e blindagem interna para proteção contra interferências eletromagnéticas, ideal para a conexão de computadores e notebooks a monitores de vídeo de forma contínua e estável.	6	Unid.			
10	Cabo HDMI de 10 metros, versão 2.0 High Speed, compatível com resolução 4K Ultra HD a 60Hz e Full HD, possuindo largura de banda de 18Gbps, equipado com condutores em cobre de alta pureza e blindagem reforçada para evitar perda de sinal em longas distâncias, conectores banhados a ouro para proteção contra oxidação, suporte a Ethernet e Canal de Retorno de Áudio (ARC), com revestimento externo em PVC de alta resistência e durabilidade, ideal para a conexão estável de computadores a monitores ou projetores em ambientes de escritório ou salas de reunião.	1	Unid.			
11	Cabo de Rede Cat5e com 300 metros de comprimento, ideal para transmissão de dados em alta velocidade em redes Ethernet.	1	Unid.			

SLCP

Site: www.cabixi.ro.gov.br | Tel.: (69) 3345-2353 | E-mail: cpl_cabixi@hotmail.com

ID: 353447 e CRC: 17C1FD74

Setor de Licitações e Contratações Públicas

Edifício Miguel de Almeida

Av. Tamoios, 4031, Centro, Cabixi – RO



PREFEITURA DE
CABIXI
GESTÃO
2025-2028

	Composto por 4 pares de fios, garantindo performance estável e confiável. Indicado para redes de computadores, sistemas de telefonia e outras aplicações que exigem boa conectividade e estabilidade. Fabricado com material de alta qualidade, com isolamento adequado para reduzir interferências e melhorar a integridade dos sinais.					
12	Conector RJ45 Cat5e Vazado Blindado (100 unid)	1	Pct			
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$	

Lote n.º 002 – MATERIAIS DE INFRAESTRUTURA ELÉTRICA LEVE						
Item	Descrição	Quant.	Unid.	Marca	VI. Unit.	VI. Total
1	Extensão elétrica tipo régua (2 MT)	2	Unid.			
2	Adaptador elétrico tipo “T” benjamim	10	Unid.			
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$	

VALIDADE DA PROPOSTA: _____ dias (no mínimo 60 (sessenta) dias), contados da apresentação da proposta final corrigida.

PRAZO E LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO: Conforme o Termo de Referência e Edital.

As despesas relativas a eventuais trocas dos produtos por força da garantia correrão por conta da contratada.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Assinatura do representante legal da empresa





Município de Cabixi

22.855.159/0001-20
Av. Tamoios
www.cabixi.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Anexo	II - Proposta Comercial	01/07/2026

ID: 353447

CRC: 17C1FD74

Processo: 1-1064/2026

Usuário: Allison Maicon Bento Pretto

Criação: 01/07/2026 07:32:35 Finalização: 01/07/2026 07:32:35

Processo



Documento



MD5: AF768440E56D4F02C1CB70DF7E0420A6

SHA256: 09918097C97DA6834DCF52C5E91B3F4532A5423608C3B8D811CED1E7CFEF0CFF

Súmula/Objeto:

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA ELETRÔNICA N.º 003/2026/PMC

INTERESSADOS

Gabinete do Prefeito	CABIXI	RO	01/07/2026 07:32:35
----------------------	--------	----	---------------------

ASSUNTOS

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA E PERMANENTES.	01/07/2026 07:32:35
--	---------------------

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Aviso de Contratação Direta - D. E. n.º 003/2026/PMC	01/07/2026	353444
--	------------	--------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.cabixi.ro.gov.br informando o ID 353447 e o CRC 17C1FD74.



MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

ANEXO III

Dispensa Eletrônica n.º 0__/202_/PMC

Processo Administrativo n.º 1-__/202_/_____

A empresa (**nome da empresa**), inscrita no CNPJ/MF sob o n.º (**CNPJ**), com sede em (**endereço completo**), telefone para contato (**telefone**), e-mail (**e-mail**), neste ato representada por (**nome do representante legal**), portador(a) da cédula de identidade n.º (**número do RG**), inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º (**número do CPF**), na qualidade de (**cargo**), declara, para todos os fins de direito, especialmente para participação no processo de Dispensa de Licitação, o seguinte:

1. Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (*quando aplicável*):

Declaramos que somos uma **Microempresa** ou **Empresa de Pequeno Porte**, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006.

2. Conhecimento e Concordância com os Termos do Edital:

Declaramos que conhecemos e concordamos com todos os termos e condições estabelecidos no **Aviso de Contratação Direta n.º 0__/202_/PMC**, e que atendemos integralmente aos requisitos de habilitação exigidos, conforme disposto na Lei n.º 14.133/2021.

3. Regularidade Fiscal e Jurídica:

Declaramos que até a presente data não há fatos supervenientes que impeçam nossa habilitação, e que não estamos em estado de inidoneidade, suspensão ou impedimento de contratar com a Administração Pública, em qualquer esfera (Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal). Comprometemo-nos a comunicar imediatamente qualquer alteração nesse status.

4. Trabalho Infantil e Condições de Trabalho:

Declaramos que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, conforme os termos do inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133/2021 e o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

5. Proposta Independente:

Declaramos que a proposta apresentada foi elaborada de forma independente, sem qualquer influência, comunicação ou colaboração de outro participante ou fornecedor, direta ou indiretamente.

6. Custos Relacionados aos Direitos Trabalhistas:

Declaramos que a proposta financeira apresentada contempla todos os custos relacionados ao cumprimento das obrigações trabalhistas, inclusive as garantias previstas pela Constituição Federal, legislações infralegais, convenções coletivas e termos de ajustamento de conduta aplicáveis.

7. Proibição de Trabalho Forçado e Degradante:





Declaramos que não utilizamos trabalho forçado ou degradante, conforme os artigos 1º, III, e 5º, III, da Constituição Federal.

8. Reserva de Cargos para Pessoas com Deficiência:

Declaramos que cumprimos as exigências legais quanto à reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, conforme as normas específicas aplicáveis.

9. Acesso ao Edital e Anexos:

Declaramos que tivemos pleno acesso ao Edital e seus anexos, por meio dos canais de comunicação indicados neste instrumento.

10. Vínculo com Servidores Públicos:

Declaramos que não há no quadro de sócios ou empregados da empresa vínculo de parentesco, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, ou vínculo de afinidade, com servidores da Prefeitura Municipal de Cabixi, que ocupem cargos de direção, chefia ou função gratificada de mesma natureza.

11. Suspensão ou Impedimento para Licitar:

Declaramos que não recebemos do Município de Cabixi, nem de qualquer outra entidade da Administração Pública (federal, estadual ou municipal), suspensão temporária para participar de licitações ou impedimento para contratar com a Administração Pública.

12. Responsabilidade por Danos:

Declaramos ser responsáveis pelos vícios e danos decorrentes do objeto do contrato, conforme os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

A empresa declara, ainda, estar plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração, possuindo plenos poderes e informações para firmá-la, e que tem ciência de que a falsidade nas informações prestadas, com o intuito de obter vantagem no presente certame, configura crime nos termos do artigo 299 do Código Penal, além de sujeitar-se às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].



Assinatura do representante legal da empresa



Município de Cabixi

22.855.159/0001-20
Av. Tamoios
www.cabixi.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Anexo	III - Modelo de Declaração	01/07/2026
ID: 353448		Processo
CRC: FBFD3DCB		Documento
Processo: 1-1064/2026		
Usuário: Allison Maicon Bento Pretto		
Criação: 01/07/2026 07:32:35	Finalização: 01/07/2026 07:32:35	

MD5: 715EA509B792B3E76DAA1E3BD5FBF7BE

SHA256: 9ED49F7224CF672FCC86F78E1554E99E9CB87525CECD78B168C195145C07F738

Súmula/Objeto:

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA ELETRÔNICA N.º 003/2026/PMC

INTERESSADOS

Gabinete do Prefeito	CABIXI	RO	01/07/2026 07:32:35
----------------------	--------	----	---------------------

ASSUNTOS

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA E PERMANENTES.	01/07/2026 07:32:35
--	---------------------

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Aviso de Contratação Direta - D. E. n.º 003/2026/PMC	01/07/2026	353444
--	------------	--------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.cabixi.ro.gov.br informando o ID 353448 e o CRC FBFD3DCB.



MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO RECEITA BRUTA

ANEXO IV

Dispensa Eletrônica n.º 0__/202_/PMC

Processo Administrativo n.º 1-__/202_/_____

A empresa **(nome da empresa)**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **(CNPJ)**, com sede em **(endereço completo)**, telefone para contato **(telefone)**, e-mail **(e-mail)**, declara, sob as penas previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, que **não ultrapassou a receita bruta anual máxima estabelecida para o enquadramento como Empresa de Pequeno Porte** no ano-calendário correspondente a esta licitação, em conformidade com o disposto no inciso II, do art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 15 de dezembro de 2006.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Assinatura do representante legal da empresa







Município de Cabixi

22.855.159/0001-20
Av. Tamoios
www.cabixi.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Anexo	IV - Declaração de Enquadramento	01/07/2026
ID: 353449	Processo	Documento
CRC: 45FA4D2B		
Processo: 1-1064/2026		
Usuário: Allison Maicon Bento Pretto		
Criação: 01/07/2026 07:32:35	Finalização: 01/07/2026 07:32:36	

MD5: 0EDA1AEAB91A039ECCC016E0922D54A0

SHA256: 55274B86429666DB417FFBABF4C23445191AD1A7AE1784993E17B7B15FF3F973

Súmula/Objeto:

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA ELETRÔNICA N.º 003/2026/PMC

INTERESSADOS

Gabinete do Prefeito	CABIXI	RO	01/07/2026 07:32:35
----------------------	--------	----	---------------------

ASSUNTOS

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA E PERMANENTES.	01/07/2026 07:32:35
--	---------------------

DOCUMENTOS RELACIONADOS

Aviso de Contratação Direta - D. E. n.º 003/2026/PMC	01/07/2026	353444
--	------------	--------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.cabixi.ro.gov.br informando o ID 353449 e o CRC 45FA4D2B.